EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CADEIA PRODUTIVA DA RECICLAGEM: UM OLHAR INICIAL SOBRE OS DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Sandro Pereira Silva[1]
Leandro Marcondes Carneiro[2]

1 INTRODUÇÃO

A atividade de milhares de homens e mulheres na coleta, na triagem e no beneficiamento de materiais recicláveis vem sendo crescentemente reconhecida pela sociedade nos últimos anos, seja por sua relevância econômica e ambiental, seja pelo potencial de inclusão social de um grande contingente de pessoas alijadas de outras oportunidades de trabalho. São muitas as conquistas recentes pela categoria, tais como: a inclusão de sua atividade no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2002; a constituição, no âmbito do governo federal, do Conselho Interministerial de Integração Social e Econômica dos Catadores (Ciisc), em 2003, com a incumbência de articular ações governamentais de apoio a suas atividades; o lançamento de políticas públicas de infraestrutura e fomento da atuação de empreendimentos de catadores na cadeia da reciclagem, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Programa Pró-Catador, em 2010, entre muitas outras.

A constituição do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR), em 2001, foi outro elemento fundamental para a mobilização, a nível nacional, da categoria, assim como para o diálogo com o poder público em geral, em todas as esferas administrativas. O MNCR, além de representar os catadores frente ao poder público e em campanhas de sensibilização junto à sociedade, também participa de outros espaços de articulação política em conjunto com organizações que lutam por questões similares, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Segundo relatório do Ipea (Silva, Goes e Alvarez, 2013), com base em dados do Censo de 2010, existem, no Brasil, cerca de 400 mil pessoas que têm como ocupação principal a coleta de materiais recicláveis. A maioria delas reside na região Sudeste (41,6%), seguida pelo Nordeste (20,5%). O relatório apontou que esses trabalhadores e suas respectivas famílias sofrem com inúmeros problemas sociais, entre os quais: infraestrutura domiciliar precária; falta de saneamento básico; escolaridade baixa;

1. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.
2. Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

alta informalidade e desproteção previdenciária; renda média baixa; além de estarem expostos diariamente a diversas situações de risco por causa do tipo de trabalho que realizam. Por isso, a geração de renda é de fundamental importância para que esses trabalhadores possam transpor os desafios diários da sobrevivência.

A organização coletiva dos catadores em cooperativas, associações, ou mesmo em grupos informais, representa uma parcela importante do universo da economia solidária no Brasil. No entanto, o percentual de catadores envolvidos em empreendimentos coletivos formalizados ainda é baixo, e aqueles existentes são carentes de uma série de componentes importantes para seu funcionamento mais efetivo. Não existem registros nacionais consolidados sobre a realidade socioeconômica de cooperativas e de associações no Brasil, em geral, e de catadores, em particular, o que dificulta uma análise mais ampla da real situação desses empreendimentos. O que há são estudos elaborados por meio do esforço de alguns pesquisadores e instituições de apoio junto a grupos específicos de empreendimentos, que já trazem algumas informações importantes para a delimitação de um quadro geral.

Um dos principais banco de dados a ser explorado para a identificação das características gerais desses empreendimentos é o Sistema de Informações da Economia Solidária (Sies), de responsabilidade da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do MTE. Este banco de dados foi criado a partir da aplicação de questionários em todas as Unidades da Federação (UFs) para a realização do segundo mapeamento da economia solidária no Brasil, entre 2009 e 2013.[3] Foram entrevistados empreendimentos das mais diversas naturezas produtivas e organizativas, com a condicionalidade de serem organizados de forma coletiva, suprafamiliar, assim como terem como princípio administrativo a autogestão. Ao todo foram coletadas informações de 19.708 empreendimentos de economia solidária (EES) em 2.713 municípios brasileiros (Silva e Carneiro, 2014).

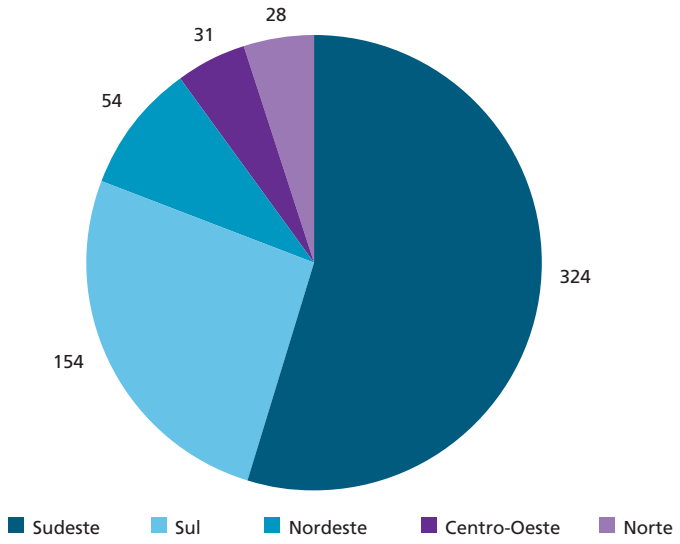
Desse total foram extraídos, para fins deste artigo, os 591 empreendimentos que são ligados à atividade de reciclagem que afirmaram ter faturamento positivo no ano anterior à realização da pesquisa de campo, o que representa cerca de 3% do total. O objetivo central aqui colocado é discutir e analisar as principais informações disponíveis no Sies para os EES de reciclagem.

2 ANÁLISE GERAL DOS DADOS DO SIES

Como dito anteriormente, as análises aqui desenvolvidas recaem sobre o total de 591 EES de reciclagem identificados pelo mapeamento de economia solidária para a constituição do banco de dados do Sies. Em termos de divisão regional, a região Sul obteve o maior número de EES entrevistados (324 ou 54,8% do total), seguida pela região Sul (154 ou 26,1%). O gráfico 1 apresenta o número de EES inseridos no Sies formados por catadores em cada uma das regiões brasileiras.

3. O primeiro mapeamento ocorreu entre 2005 e 2007. Mais informações em Silva e Nagem (2012) e Pereira (2012).

GRÁFICO 1
Número de EES de reciclagem pesquisados por região brasileira



Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.

Na dimensão organizativa desses empreendimentos, buscou-se informações gerais sobre a forma de organização, distribuição e tipos de atividades desenvolvidas, e da gestão do empreendimento. A maior parte dos grupos encontra-se ainda na informalidade (40,3%), seguida pela forma de associação (31,3%) e de cooperativa (28,3%). Apenas um EES mapeado está organizado sob a forma de sociedade mercantil. A informalidade, portanto, desponta como um grande desafio a ser contornado por catadores e seus apoiadores, uma vez que, sem a devida formalização, o empreendimento fica impedido de acessar uma série de políticas públicas e linhas de financiamento, além de implicar em maior precariedade e incertezas no trabalho dessas pessoas.

Quanto ao número de sócios, os EES de reciclagem envolvem a participação de 15.732 associados, sendo predominante a presença feminina em tais empreendimentos (59,9%). Destaca-se, ainda, a existência de três empreendimentos com participação de pessoas jurídicas associadas ou empreendimentos articulados em rede. A grande maioria destes EES é composta por número reduzido de sócios: 59,8% deles possuem até vinte sócios; 31,0% entre 21 e cinquenta; 6,0% entre 51 e cem; e apenas 3,2% têm mais de cem pessoas associadas. A tabela 1 mostra que os grupos informais tendem a possuir menor número de sócios enquanto, proporcionalmente, as cooperativas apresentam quadro social mais elevado.

TABELA 1
Número de sócios participantes por tipo de organização

Tipo de organização	Número total de sócios				**Total[1]**
	Até 20 sócios	Entre 21 e 50 sócios	Entre 51 e 100 sócios	Mais de 100 sócios	
Associação	101	60	12	11	**184**
Cooperativa	44	96	19	7	**166**
Grupo informal	150	82	4	1	**237**
Sociedade mercantil	0	1	0	0	**1**
Total	**295**	**239**	**35**	**19**	**588**

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Três EES não responderam quanto ao número de sócios.

Os dados sobre o ano de início do empreendimento apontam que, embora haja registros de início desde 1981, a maior parte deles foi constituída recentemente. Mais da metade deles (56,5%) surgiu a partir de 2005.

Em termos de participação na decisão dos EES, os instrumentos mais comuns são a assembleia-geral ou a reunião coletiva. De acordo com os dados, 61,6% afirmaram existir uma participação massiva dos associados nessas atividades realizadas no ano anterior. Outros 34,0% alegaram que mais da metade marcam presença. Já em termos de periodicidade, 61,4% dos EES de reciclagem informaram realizar ao menos uma assembleia ou reunião coletiva mensal, e apenas 1,9% do total disse não ter realizado esse tipo de atividade no ano anterior à pesquisa.

Na dimensão socioeconômica, foram analisadas questões de forma de comercialização e de captação de recursos, acesso a crédito e investimentos realizados, assim como do nível de renda possibilitado pelo trabalho associado. A maior parte dos EES consultados respondeu que enfrenta dificuldades na comercialização de produtos ou serviços (56,7%), sendo que a maior dificuldade apontada foi que os preços praticados são inadequados (15,1%), seguida pelo fato de os compradores só comprarem em grandes quantidades (12,7%). Em terceiro lugar aparece a questão dos atravessadores e da concorrência (11,8%). Outras dificuldades apontadas foram: falta de capital de giro; excesso de burocratização para a formalização das cooperativas; insuficiência de sócios, entre outras.

A atividade profissional desempenhada nos EES de reciclagem é apontada como a principal fonte de renda dos sócios em 84,1% deles. Os demais afirmaram ser a atividade uma complementação de rendimentos recebidos em outras atividades econômicas, ou de recursos recebidos por programas sociais e/ou previdenciários. Esses dados apontam para a importância desses empreendimentos na geração de trabalho e renda para as pessoas que, por diferentes motivos, escolhem a atividade de catador para sobreviver.

Em termos gerais, os investimentos iniciais para a constituição da maior parte desses EES vêm de recursos próprios dos sócios (caso identificado em 33,9% deles). Nos outros casos, os recursos foram oriundos de fundos públicos não reembolsáveis, doação de pessoas físicas ou empresas, doação de organismos internacionais ou Organizações Não Governamentais (ONGs) e, em menor parte, via empréstimos ou financiamentos (apenas 2,7%). Tal informação ilustra a dificuldade que esses EES possuem de obter crédito para suas atividades, muito em função da informalidade e da incapacidade de apresentarem garantias econômicas para linhas de financiamento bancário.

Por esse motivo, 82,0% deles não buscaram crédito para suas atividades nos doze meses anteriores à pesquisa. Entre os que buscaram, 10,2% não obtiveram e apenas 7,8% obtiveram o crédito ou financiamento. Apesar disso, mais da metade dos EES (53,3%) alegou necessitar de crédito, sobretudo para investimentos. A tabela 2 apresenta os principais motivos alegados pelos representantes daqueles EES que não buscaram crédito ou financiamento. Já a tabela 3 informa sobre as principais dificuldades obtidas pelos EES que buscaram crédito.

TABELA 2
Motivo pelo qual não buscou crédito ou financiamento[1]

Motivos	Respostas	
	Número	(%)
Não houve necessidade	279	40,2
Não houve acordo sobre necessidade e oportunidade	35	5,0
Aconselhamento de assessoria para não buscar	17	2,4
Empreendimento ainda está inadimplente (endividado)	13	1,9
Experiência fracassada de outro empreendimento	9	1,3
Investimento foram feitos com recursos próprios	91	13,1
Obteve recursos de outras fontes não reembolsáveis	97	14,0
Medo/receio de contrair dívidas	121	17,4
Outro motivo	32	4,6
Total	**694**	**100,0**

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Resposta múltipla, com 485 respondentes.

TABELA 3
Dificuldades para obtenção de crédito ou financiamento[1]

Dificuldades	Respostas	
	Número	(%)
Não possui documentação exigida	82	15,9
Taxa de juros elevada ou incompatível	88	17,1
Prazos de carência inadequados	37	7,2
Falta aval ou garantia	71	13,8
Falta apoio para elaborar projetos	50	9,7
Burocracia	105	20,3
Falta linha de crédito	66	12,8
Outra	17	3,3
Total	**516**	**100,0**

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Resposta múltipla, com 210 respondentes.

Muito em virtude dessa dificuldade de conseguir linhas de crédito, apenas pouco mais da metade dos EES (50,6%) conseguiu realizar algum tipo de investimento nos doze meses anteriores à pesquisa. As principais destinações para os investimentos realizados foram: aquisição ou renovação de equipamentos (46,3%); infraestrutura física (30,3%); e capacitação de mão de obra (12,8%), como demonstra a tabela 4.

TABELA 4
Tipo de investimento realizado[1]

Tipo de investimento	Respostas	
	Número	(%)
Infraestrutura física (prédio, construções etc.)	163	30,3
Equipamentos (aquisição, renovação)	249	46,3
Ampliação de estoque de matérias-primas	13	2,4
Abertura de filiais	3	0,6
Abertura de lojas/espaços de comercialização	7	1,3
Capacitação de mão de obra	69	12,9
Comunicação/divulgação	26	4,8
Outro	8	1,6
Total	**538**	**100,0**

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Resposta múltipla, com 299 respondentes.

Em termos de assessoria, assistência ou capacitação, a maior parte dos EES (79,9%) afirmou ter recebido algum apoio ao longo dos doze meses anteriores. Entre as entidades de apoio apontadas, as principais foram: prefeituras – governo municipal; ONGs e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips); organizações do chamado Sistema S – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); e universidades – com destaque para a atuação das incubadoras universitárias de cooperativas populares. As tabelas 5 e 6 apresentam maior estratificação desses dados.

TABELA 5
Tipo de apoio recebido pelo empreendimento[1]

Tipo de apoio	Respostas	
	Número	(%)
Assistência técnica e/ou gerencial	241	13,1
Qualificação profissional, técnica e gerencial	270	14,7
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	319	17,4
Assistência jurídica	170	9,2
Assessoria em *marketing* e na comercialização de produtos e serviços	123	6,7
Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica	194	10,6
Assessoria na constituição, na formalização ou no registro	235	12,8
Elaboração de projetos	201	10,9
Incubação para a formalização	85	4,6
Total	**1838**	**100,0**

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Resposta múltipla, com 472 respondentes.

TABELA 6
Entidade que forneceu apoio[1]

Entidade	Respostas	
	Número	(%)
ONGs e Oscips	174	13,0
Igrejas e pastorais	51	3,8
Associações e conselhos comunitários	19	1,4
Prefeitura	322	24,0
Governo estadual	26	1,9
Governo federal	42	3,1
Universidades (incubadoras)	169	12,6
Sistema S (Sebrae, Sescoop etc.)	195	14,5
Cooperativas de técnicos	5	0,4
Movimento sindical (central, sindicato, federação)	35	2,6
Outro empreendimento ou entidade de representação	118	8,8
Fornecedor ou comprador (parceria)	47	3,5
Outra	138	10,3
Total	**1.341**	**100,0**

Fonte: Banco de dados do Sies.
Elaboração dos autores.
Nota: [1] Resposta múltipla, com 472 respondentes.

Por fim, os dados do SIES também apresentam algumas informações referentes à dimensão sociopolítica dos EES, abordando aspectos de suas articulações (econômicas e políticas), seja no plano local, seja no nacional. Em termos de articulação econômica, 80,5% deles afirmaram não participar de nenhuma rede de empreendimentos (rede de produção, comercialização, consumo ou crédito). Já quanto à articulação política, 54,7% afirmaram que também não participam de nenhum fórum ou rede de articulação ou representação, o que demonstra, mais uma vez, a fragilidade relacional e representativa dos empreendimentos no território nacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações debatidas neste artigo apresentam uma visão inicial e geral sobre a realidade dos EES no campo da reciclagem no Brasil, entre uma infinidade de outras abordagens possíveis. Apesar das limitações inerentes à própria pesquisa geradora do banco de dados do Sies, alguns apontamentos importantes podem ser tirados.

Os dados demonstram que os EES de reciclagem ainda sofrem com fortes problemas estruturais. Estes problemas derivam das mais diversas naturezas, que vão desde a informalidade alta, que caracteriza esses empreendimentos, o baixo grau de escolarização dos trabalhadores associados, a dificuldade de se levantar recursos para expandir os investimentos necessários à qualificação da atividade, a pouca articulação dos empreendimentos em rede, até as dificuldades na relação com o poder público.

Entretanto, a série de dificuldades que, de uma maneira geral, atingem todos os empreendimentos econômicos informais no país, não apenas os de reciclagem, não impede que haja uma tendência cada vez maior em direção à organização coletiva dos catadores para o exercício de suas atividades. Essas experiências de trabalho e renda já garantem trabalho e renda a um número significativo de famílias em todo o país,

em que pese toda a precariedade que ainda caracteriza a atividade. A constituição de organizações representativas nacionais, como o MNCR (que também participa do FBES), e o surgimento de leis como a que instituiu a PNRS, despontam como perspectivas positivas importantes para novas conquistas e melhor articulação desses empreendimentos nos próximos anos.

Além disso, tanto os desafios quanto as potencialidades desses empreendimentos são fortemente marcados pelas próprias desigualdades socioeconômicas que caracterizam o processo de desenvolvimento brasileiro. Uma análise mais aprofundada da realidade desses EES deve levar em conta esses fatores, de forma comparativa, confrontando, também, com a já considerável literatura existente sobre o tema.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, C. M. Economia solidária: uma investigação empírica. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 57, p. 69-82, 2012. Disponível em: <http://goo.gl/XoGflb>.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, n. 57, p. 69-82, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/Kiis3w>.

SILVA, S. P.; GOES, F. L.; ALVAREZ, A. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/7t6bUJ>.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. Dimensões estruturais dos empreendimentos de economia solidária: uma análise para os estados da Bahia e Paraná. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 2, p. 309-326, 2012.